

ARQUEOLOGIA
NO VALE DO TEJO

1987

CATÁLOGO

Edição	Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural
Direcção e coordenação	António Carlos Silva
Colaboração	António Faria, Carlos Jorge Ferreira, Fernando Real, Filomena Barata, Isabel Costeira, Luís Raposo e João Lourenço (dact.)
Design gráfico	Isabel Lage
Fotografias	António Ventura (1, 2, 10, 12, 16, 17, 48, 49, 50, 51, 53, 58, 59, 70); Carlos Jorge Ferreira (56, 57); Centro de Arqueologia de Almada (78, 79, 80, 81); Guilherme Cardoso (68); Instituto Arqueológico Alemão (41, 42, 43, 44); João Cardoso e Miguel Rego (72); João Monjardino (71), José Arnaud (9, 14); Luís Raposo (4); Luís F. Ferreira (54); Mário Varela Gomes (18); Museu da Cidade (74, 75, 76, 77); UNIARCH (45)
Desenhos	Estereofoto (47); GEPP (3); Isabel Lage (55); João Cardoso (60, 61, 63, 64, 65); Luísa Bonfigli (5, 6); Mário Varela Gomes (15, 19 a 36); Severino Rodrigues (66, 69, 71, 73)
Composição, fotolito e montagem	Textype — Artes Gráficas, Lda.
Impressão e acabamento	Sociedade Industrial Gráfica Telles da Silva, Lda.
Assessoria editorial	Mosaico, Editores, Lda.

EXPOSIÇÃO

Organizada pelo Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, com a colaboração da Fundação Calouste Gulbenkian.

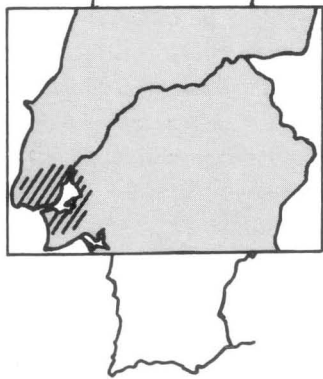
Coordenação	António Carlos Silva com a colaboração de Filomena Barata
Concepção e montagem	Sara Mendes

O Instituto Português do Património Cultural agradece a cedência de materiais arqueológicos ao Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Museu da Cidade de Lisboa, Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, Museu de Castelo Branco, Museu de Abrantes, Museu do Seixal, Instituto de Arqueologia Doutor Mendes Correia, Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, Câmara Municipal de Alcochete, Câmara Municipal de Alpiarça, Câmara Municipal de Oeiras, UNIARCH, Eng. Luís Bairrão e Sr. Álvaro Baptista.

Igualmente agradece à Companhia Europeia de Seguros o seguro gracioso de algumas das peças expostas.

No Estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro

Agradecemos ao Prof. M. Telles Antunes as sugestões que contribuíram para uma maior clareza do texto.



Introdução

As excelentes condições naturais oferecidas pela região ribeirinha do estuário do Tejo constituíram, desde o Paleolítico inferior, factor decisivo para a fixação humana. Clima ameno, mais frio e seco nos períodos correspondentes ao desenvolvimento de glaciares nas regiões setentrionais da Península; colinas suaves, caracterizando território de fácil acessibilidade, solos férteis, sobretudo na margem norte, derivados em grande parte de rochas basálticas que afloram de Loures a Oeiras; rede hidrográfica favorável à circulação e ao acesso ao estuário, abundante de recursos naturais; e, por último, a fácil comunicação com o Oceano, foram razões determinantes para que o estuário do Tejo constituísse poderoso elemento de fixação de populações e privilegiada via comercial de penetração no interior do território, favorável à exploração de riquezas e ao escoamento de produtos.

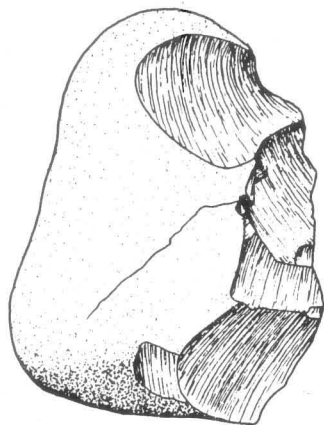
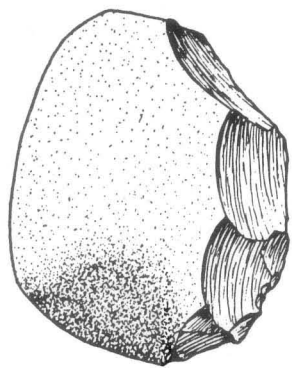
Paleolítico inferior e médio

Depois de sair do Maciço Antigo, o Tejo espalha-se por vasta planície aluvial. Na zona de Vila Franca o rio toma a configuração de extenso delta interior, pontuado de mouchões, antes de atingir o mar da Palha, que constitui propriamente o seu estuário, separado do oceano por estreito corredor com cerca de 2 km de comprimento. A jusante de Vila Franca de Xira e ao longo da margem esquerda, borde-

jando o enchimento aluvionar holocénico do fundo do vale, há níveis de terraços quaternários, frequentemente com materiais paleolíticos «in situ». A matéria-prima é de origem local: os artefactos são afeiçoados em seixos rolados de quartzito, que constituem numerosas cascalheiras. Uma das jazidas mais importantes é justamente a de Cascalheira, a Nordeste de Alcochete, em relação com um terraço de 20-25 m, onde se recolheu interessante indústria do Paleolítico médio, com abundância de núcleos mustierenses. A jusante, à superfície daquele terraço, entre Alcochete e o Batedouro, a Oeste do Montijo, os materiais paleolíticos são frequentes.

Junto ao Tejo, a Oeste de Samouco e dentro da Base Aérea n.º 6, foi estudada outra importante jazida paleolítica com interesse estratigráfico. Trata-se de indústrias do Acheulense superior, com peças características, e languedocenses. Os materiais jaziam na praia actual, enterrados no lodo, sendo recolhidos na maré-baixa; são talhados em seixos de quartzito, alguns de grandes dimensões. Para jusante, ao longo da margem esquerda, os terraços quaternários desaparecem e, com eles, os vestígios de jazidas paleolíticas, correspondentes apenas a achados isolados. É excepção a Ponte do Cabedelo, com materiais languedocenses, já na frente atlântica da Península de Setúbal.

A distribuição dos materiais mostra a presença sucessiva de grupos humanos que se estabeleciam ao longo das margens do antigo estuário, atraídos pelas condições



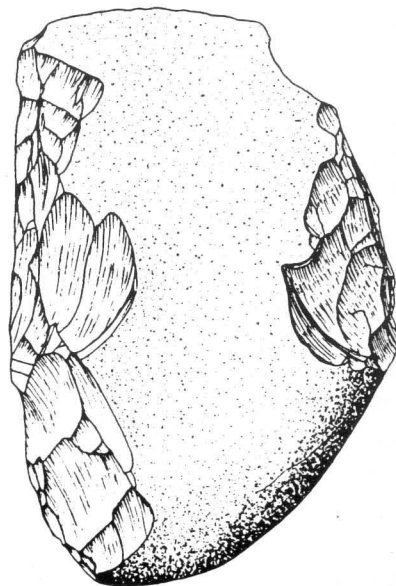
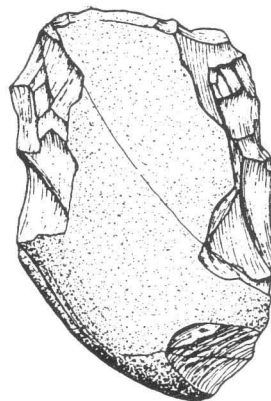
60 Seixos afeixoados do Alto da Pacheca, Alcochete (esc. 1:1).

favoráveis durante longos períodos do ano. Na margem Norte, o panorama é substancialmente diferente. Os terraços são quase inexistentes. Merece referência especial, apenas, a jazida de Santo Antão do Tojal, na bacia de Loures. Trata-se de baixo terraço, cujas camadas inferiores foram correlacionadas com o período interglaciário Riss-Würm e as camadas superiores, arenosas, com o período pluvial wurmiano. Em 1941, no decurso da abertura de canais da Junta de Hidráulica Agrícola, recolheram-se na camada mais antiga restos de elefante (*Elephas antiquus*) e de equídeo, associados a cinzas, carvões e a indústria mustieriense. O elefante teria sido caçado no bordo da bacia aluvial, então já existente, e ali mesmo retalhado e consumido.

Apesar da escassez de depósitos nas praias actuais que bordejam a costa Norte do Estuário, da Cruz Quebrada a Carcavelos, são comuns materiais paleolíticos, em posição derivada.

Não estando relacionadas com depósitos acumulados pelo antigo Tejo, mas sem se poderem excluir do âmbito geográfico do estuário actual, encontram-se as jazidas do chamado «Complexo basáltico dos arredores de Lisboa». Ultrapassa a centena o número de locais assinalados em 1940 por A. do Paço (PAÇO, 1940). Na totalidade, são jazidas de superfície definidas pela concentração de material talhado sobre núcleos de sílex ou seixos quartzíticos, restos de antigos depósitos de cobertura, hoje quase totalmente desaparecida. Nem todas as jazidas, porém, possuem igual importância: núcleos com milhares de artefactos recolhidos são raros. O estudo sistemático destas jazidas apresenta dificuldades: por um lado, a crescente expansão urbana em torno da capital destruiu, nos últimos vinte anos, numerosos locais como os referencia-

61 Machados acheulenses do Samouco, Montijo. (esc. 1:1)



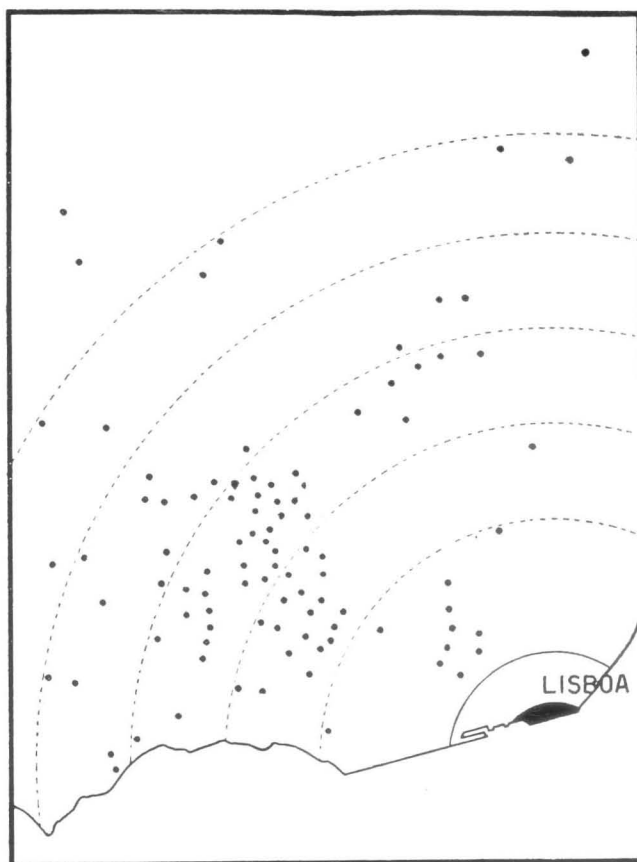
dos na zona de Queluz de Baixo, Alfragide, Damaia, Buraca, etc; por outro, face à impossibilidade de efectuar novas colheitas, fica por demonstrar a representatividade estatística dos materiais conservados nos Museus dos Serviços Geológicos de Portugal e Nacional de Arqueologia e Etnologia pois é quase certo que tenham sido recolhidos segundo critérios estéticos, como era uso na época.

Nestas jazidas estão representadas épocas muito diferenciadas, desde o Pré-acheulense, representado na jazida do Alto do Leião — Paço de Arcos (CARDOSO *et al.* 1979), — que se integra no grupo das jazidas mais antigas representadas no nosso território, relacionada com plataforma de abrasão marinha de 150 m — até épocas pós-paleolíticas. Ocorrem lado a lado, à superfície, e só exame atento, baseado na tipologia e estado físico permite diferenciá-las. Predominam, contudo, os artefactos integráveis no Paleolítico médio, que estudos recentes confirmaram.

Merece referência especial a estação de Monsanto, até por não pertencer ao grupo das estações do «Complexo basáltico de Lisboa». Situada em local actualmente arrasado, junto do Aqueduto das Águas Livres, os seus materiais recolhidos por diversos investigadores dos finais do século XIX e dos inícios do actual, mantiveram-se inéditos. Breuil negou-lhes carácter paleolítico. Foram recentemente estudados por RAPOSO *et al.* (1985).

A razão para tão grande concentração de materiais paleolíticos nos terrenos basálticos, por oposição aos afloramentos calcários onde o seu número é muito limitado, tem certamente várias explicações, das quais se salientam:

Sendo povos caçadores, instalavam-se preferencialmente nos locais em que a água



e, por conseguinte, a caça abundavam; aquela, é escassa nos calcários, à superfície, sendo mais abundante nos terrenos basálticos, onde era também mais abundante a matéria-prima, outra condicionante importante da fixação temporária de grupos humanos. Por fim, a acessibilidade dos terrenos — os terrenos basálticos são caracterizados por relevos suaves, com coberto vegetal pouco denso, herbáceo e arbustivo, enquanto os afloramentos calcários, constituindo relevos mais vigorosos, estavam cobertos de vegetação densa e espinhosa, de difícil penetração.

O Paleolítico médio foi caracterizado em

62 Mapa da distribuição dos sítios paleolíticos da área de Lisboa (seg. Afonso do Paço).

do Tojal, já mencionada) apenas nos seguintes locais:

1) pedra e gruta das Salemas (Loures): no primeiro local, na camada basal do enchimento de uma profunda cavidade do lapiás, recolheu-se indústria pouco típica, associada a uma abundante fauna quaternária, na qual se destaca o Leão das Cavernas — *Panthera (Leo) spelaea* —, única ocorrência segura até agora conhecida em Portugal (ANTUNES *et al.*, 1987), e de um Rinoceronte extinto — *Dicerorhinus hemitoechus*. Na vizinha gruta, a camada inferior forneceu, além da indústria mustieróide atípica, um dente de leite humano e abundantes vertebrados, entre os quais a Hiena;

2) gruta do Correio-Mor (Loures): trata-se de jazida cujo espólio só em parte foi estudado. A camada da base forneceu «indústria mustierense de técnica levallois» (FERREIRA *et al.*, 1981), associada a um dente de leite de Rinoceronte;

3) gruta da Ponta da Laje (Oeiras): com indústria atípica, encontrada «in situ» em camada subjacente a nível estalagmítico.

Paleolítico superior

O Paleolítico superior encontra-se apenas bem representado — com materiais típicos e com posição estratigráfica bem definida — na gruta das Salemas (Loures). Dali provêm indústrias atribuídas ao Perigordense e ao Solutrense salientado-se, entre as primeiras, uma zagaia afeiçoada num osso peniano de urso, com marcas de caça. Ainda integrável no domínio geográfico deste trabalho, mencionam-se uma ponta pedunculada atribuída ao Solutrense, na gruta da ribeira da Laje (Oeiras) e materiais solutrenses na gruta do Correio-Mor, insuficientemente conhecidos. Durante o

Würm, os rigores climáticos não se fizeram sentir intensamente na região. O homem frequentava as grutas de forma descontínua. Daí a espessura dos depósitos nunca ser da ordem dos conhecidos em Espanha e França. A vida decorreria, sobretudo, em acampamentos de ar livre.

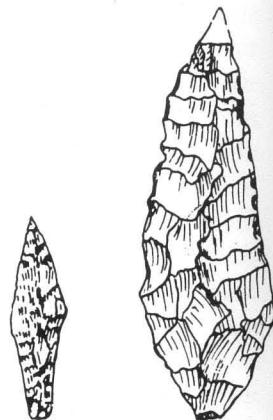
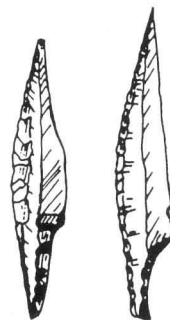
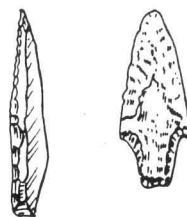
Os restos humanos do Paleolítico superior são muito escassos. Citam-se os estudados por D. Ferembach, atribuíveis a um jovem encontrados na pedra das Salemas. Na gruta do Correio-Mor, aquela autora classificou um fragmento de mandíbula, encontrado no nível com indústria solutrense, como podendo pertencer à raça de Cro-Magnon (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1980/81).

Epipaleolítico-Mesolítico

Não se conhecem referências seguras a jazidas deste período na região ribeirinha do estuário. São excepção os materiais dos arredores de Lisboa que certos autores consideram de aspecto «campinhense», e que Breuil integrou em uma fácies costeira, contemporânea do Mirensense do Sul do país e do Ancorensense do Norte (ROCHE *et al.*, 1959, p. 98).

Neolítico

O Neolítico Antigo e o Médio estão apenas representados pelos materiais recolhidos na gruta do Correio-Mor, como se disse, ainda mal conhecidos. É apenas no Neolítico Final que estes se tornam abundantes. Nos arredores de Lisboa, o mais expressivo corresponde à estação de Montes Claros, na serra de Monsanto. Os povoados de altura de Vila Pouca e Sete Moinhos, de ambos os lados do vale da ribeira de Alcântara, podem ter tido, igualmente,



63 Artefactos de sílex, do nível do Paleolítico Superior da Gruta das Salemas, Loures (esc. 1:1).

fundação neolítica. Para jusante, ao longo da margem direita do estuário, deparamos com os aglomerados, sem dúvida pequenos, da Junqueira e da cerca dos Jerónimos, ambos provavelmente com ocupação neolítica, construídos em zonas baixas e sem condições naturais de defesa, e depois, mais para o interior, com o povoado de altura de Carnaxide. Sobre o vale da Ribeira de Barcarena, denominando-o até à confluência com o estuário, situa-se o povoado de Leceia, cuja fundação data do Neolítico Final. Já em domínio periférico, deve mencionar-se, por possuir também importante ocupação do Neolítico Final, o povoado da Parede, construído numa encosta suave sem condições naturais de defesa.

Na margem esquerda do estuário, os vestígios do povoamento neolítico são mais ténues; apenas no seu sector terminal se referenciou um núcleo habitacional de altura, o povoado de Alpena (Trafaria), onde, devido à escassez dos elementos disponíveis, uma ocupação neolítica é apenas provável. Também deste lado do rio se conhecem indícios de povoamento neolítico e calcolítico em zonas baixas, sem condições naturais de defesa: está neste caso o sítio da Ramalha (Almada).

De acordo com os elementos apresentados, no Neolítico Final verifica-se a ocupação simultânea de sítios baixos, tal como no Neolítico Antigo e Médio, e de sítios de altura, estes anteriormente desocupados. Tal factò tem correspondência na Península de Setúbal e, de modo geral, no Sul do país. Como exemplo, citam-se os povoados de altura do Alto de S. Francisco, nos arredores de Setúbal, do Cabeço da Mina, no Torrão, e o de Albardeiros, em Reguengos de Monsaraz. A evolução da estratégia de povoamento observável no Neolítico Final

deverá ser interpretada tendo em atenção as alterações sócio-económicas que a determinaram. Com a melhoria das tecnologias de produção foi possível a criação de excedentes. Estes estão na origem da preferência pelos sítios de altura, onde poderiam ser mais facilmente defendidos; por outro lado, teriam criado as condições para que, com a chegada dos primeiros impulsos ligados à metalurgia do cobre, fosse possível à comunidade a manutenção, no seu seio, de um grupo de artífices destacados do todo social, especializados na actividade metalúrgica (CARDOSO *et al.*, 1987).

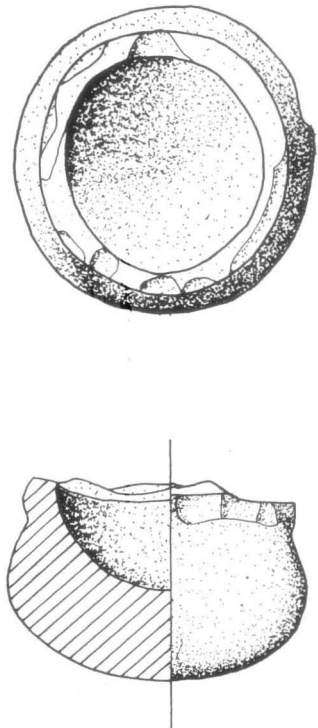
Calcolítico

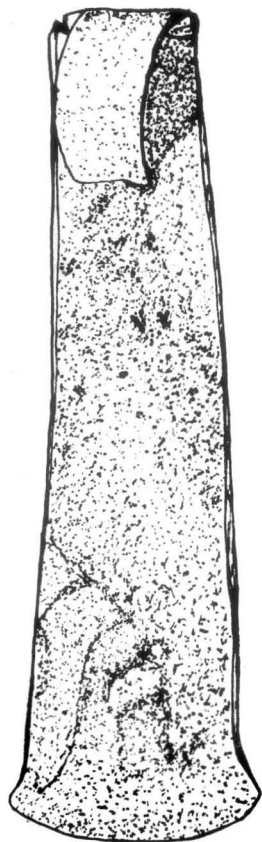
O início da metalurgia do cobre, na região estremenha, é tema polémico; trata-se de um processo cujo conhecimento está longe de completamente esclarecido. H. Schubart e E. Sangmeister, investigadores que, de 1964 a 1973, realizaram escavações no povoado fortificado do Zambujal (Torres Vedras), um dos mais expressivos do Calcolítico da Estremadura, sumarizaram, recentemente, a interpretação dos resultados em duas hipóteses (SCHUBART *et al.*, 1987):

1.ª hipótese — Tratar-se-ia de fortificações edificadas por grupos humanos que alguns indícios parecem apontar como provenientes do Próximo Oriente; entre estes, seriam relevantes as características das fortificações, a tipologia e matéria-prima utilizada nalguns artefactos, como o marfim que, forçosamente, teria origem norte-africana.

2.ª hipótese — Admite-se que, em busca do cobre peninsular, grupos humanos, provenientes do Mediterrâneo oriental, se tivessem relacionado pacificamente com as populações autóctones. Estas, enriquecidas pela venda do minério, seriam as constru-

64 Vaso de pedra calcolítico (calcário) do Castro de Leceia, Oeiras (∅ do bojo 5,1 cm).





toras dos dispositivos defensivos, cujas características arquitectónicas poderiam ter sido aprendidas com os «estrangeiros»; da mesma forma, por troca ou influências culturais, ficaria explicada a presença de materiais exógenos ou, simplesmente imitados nestes locais.

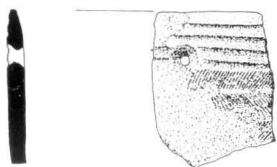
Em qualquer das hipóteses, os autores consideram indispensável a presença de grupos humanos estranhos à região para explicar a génese e desenvolvimento do Calcolítico estremenho.

Outra hipótese, contudo, se tem desenvolvido nos últimos anos, no quadro da investigação portuguesa. Admite-se que, de alguma forma, tenha havido contactos indirectos com o Mediterrâneo; no âmbito destas relações inscrever-se-ia, justamente, a difusão da metalurgia do cobre para Ocidente, conjuntamente com certos objectos ditos de «prestígio». Mas o processo de calcolitização da região estremenha teria tido a sua própria dinâmica interna, ditada pela evolução sócio-económica que se vinha esboçando já desde o Neolítico Final. Ou seja, as contribuições exógenas funcionaram como catalisador, só se desenvolvendo e frutificando se, e quando, as condições locais a isso fossem propícias. Negando, na generalidade, a presença de grupos humanos estranhos à região estremenha, os arqueólogos portugueses divergem, no entanto, em aspectos fundamentais.

Talvez o aspecto onde as divergências se tornem mais evidentes seja aquele que se prende com a arquitectura dos dispositivos defensivos. Nota-se a existência de duas correntes: uma, difusionista, aceita o princípio de que tais construções respeitam um modelo canónico, pré-estabelecido, sucessivamente aprendido e levado à prática pelas populações autóctones. A outra corrente aceita que tais fortificações se tenham

desenvolvido um pouco por toda a bacia mediterrânea em consequência da evolução sócio-económica das respectivas sociedades calcolíticas, que, por certo, não se ignoravam mutuamente. As fortificações, fazendo uso de estruturas defensivas elementares — muralhas, torres, bastiões — mostrar-se-iam, naturalmente, semelhantes, embora revelem particularidades adaptativas às condições específicas de cada sítio. Foi esta última corrente que presidiu à interpretação da imponente fortificação calcolítica de Leceia, única na região do estuário do Tejo: a escolha de local com condições naturais de defesa no Neolítico Final, e subsequente construção a partir do Calcolítico Inicial, de um forte dispositivo defensivo, indicam apreciável sobreproduto económico, certamente resultante do desenvolvimento de uma economia essencialmente agro-pastoril: as actividades agrícolas estão documentadas pela presença de mós e elementos de foice; a criação de gado está atestada pela existência de abundantes ossos de ovinos, caprinos, porco e boi, sendo subsidiada pela caça do veado, javali, coelho, excepcionalmente, urso, e ainda pela recollecção de moluscos marinhos.

O início da exploração organizada dos recursos, no Neo-calcolítico, está demonstrada pela existência de galerias subterrâneas de exploração de sílex, em Campolide (CHOFFAT, 1889). A acumulação de riqueza e o aparecimento da metalurgia do cobre, que exigiu mão-de-obra especializada e implicou forte divisão social do trabalho, com a consequente cisão da comunidade primitiva, teriam sido responsáveis por forte instabilidade social e estado na origem de situações de carácter bélico, arqueologicamente não detectáveis até aos finais do Neolítico. Estamos, por conseguinte, perante uma sociedade hierarqu-



69 Fragmentos de cerâmica decorada: copo canelado — Calcolítico Inicial e «folha de acácia» — Calcolítico Médio.

67 Pormenor das galerias pré-históricas para exploração de sílex descobertas aquando da abertura do Túnel do Rossio, em Campolide (CHOFFAT, 1889).



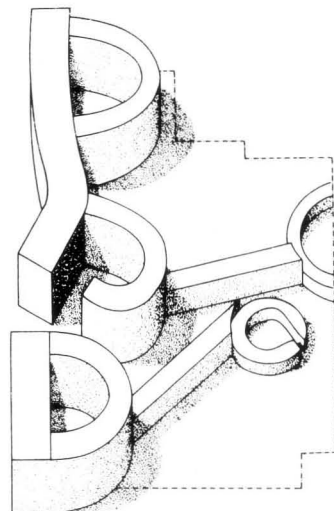
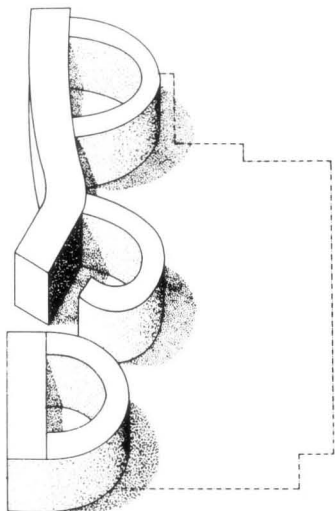
zada e possivelmente organizada segundo modelo tribo-patriarcal (SILVA, 1983; CARDOSO *et al.*, 1987). *2.ª fase a Pleistoceno (auw)*
 Discutidas as diversas hipóteses sobre os fenômenos que presidiram à gênese do Calcolítico na região do estuário do Tejo — região que se integra na área cultural designada por «Calcolítico da Estremadura» — e caracterizado o ambiente sócio-económico e «modus vivendi» das populações, vejamos a periodização que se lhes atribui na referida região. Deve, contudo, salientar-se que, quer ao nível da tipologia da cerâmica, quer das restantes categorias do espólio, há apenas variações quantitativas — exceptuados os motivos decorativos cerâmicos, utilizados justamente como elementos fundamentais da referida periodização —, evidenciando a ausência de qualquer ruptura cultural:

a) **Calcolítico inicial** — Representado na maioria dos povoados ribeirinhos do estuário; identificou-se em estratigrafia nos de Leceia e Parede (este na periferia da região).

No povoado do Alto do Dafundo, este período encontrava-se isolado. Caracteriza-o, essencialmente, a cerâmica: recipientes de pastas depuradas, formas cilíndricas — «copos» — decorados externamente por caneluras e motivos geométricos muito simples, impressos ao de leve na pasta fresca. Para o Calcolítico inicial da Estremadura, não conhecemos qualquer datação. O povoado do Zambujal deu, como datas C_{14} mais antigas, 2250 ± 40 anos a.C. e 2220 ± 50 anos a.C., mas estes valores apenas dizem respeito à 2.ª fase construtiva. A título de hipótese de trabalho aceitamos que o horizonte de cerâmica canelada se situa entre cerca de 2500-2400 anos a.C. e 2300-2200 anos a.C.

b) **Calcolítico médio** — Trata-se de um período que, embora representado em diversos povoados ribeirinhos do estuário do Tejo, apenas apresenta estratigrafia nítida em Leceia. Tal facto resulta, em parte, da falta de escavações modernas. Este período, como o anterior, é caracterizado essencialmente pela cerâmica, nomeadamente pela decorada com motivos em «folha de acácia», obtidos por impressão de uma matriz de ponta romba, ovalada, sobre a pasta fresca. Os recipientes, frequentemente de grandes dimensões, têm forma esférica característica, de boca reentrante, quase desconhecida no período anterior («vasos de provisões»). A sua presença atesta o crescente papel atribuído aos povoados como centros de armazenamento dos bens de consumo excedentários. É a esta fase que corresponde o apogeu dos povoados fortificados, atendendo à extensão da área construída, tanto quanto se pode concluir pelos elementos obtidos em Leceia.

c) **Calcolítico superior** — Este período, durante o qual as formas e decorações exis-

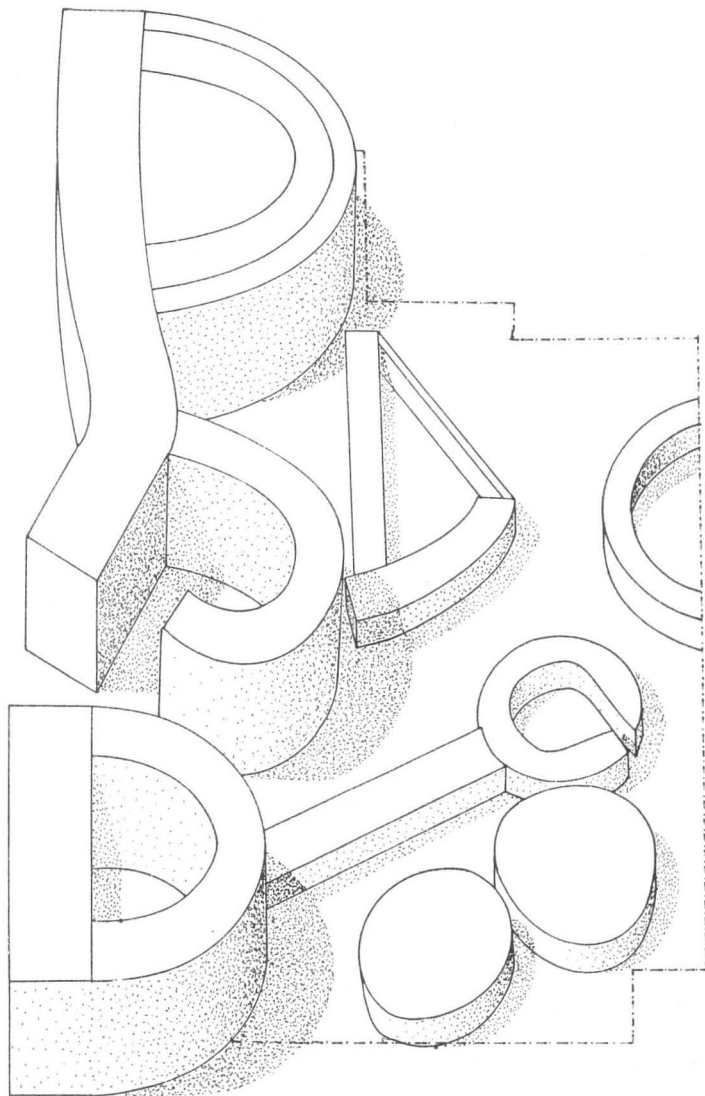


65 Aspecto da fortificação central (1.ª fase construtiva — Calcolítico Inicial) do Castro de Leceia.

tentes parecem persistir, é caracterizado pelo aparecimento da cerâmica campaniforme, cujo início poderemos situar, nesta região, cerca do final do III milénio a.C.: no Zambujal, a primeira cerâmica campaniforme surge em 2045 ± 35 anos a.C. As estações campaniformes da área estuarina

correspondem essencialmente a povoados. Em Leceia, os escassos fragmentos encontrados jaziam de mistura com materiais de derrube da fase construtiva mais moderna, e sobre eles, indicando que a ocupação campaniforme do local se deu com o dispositivo defensivo já em ruínas, correspondendo a episódio de curta duração. A técnica predominante é do pontilhado, correspondendo parte dos recipientes a vasos campaniformes ditos «internacionais». Tal facto está de acordo com a hipótese de SOARES *et al.* (1974/77), segundo a qual foram os povoados florescentes no Calcolítico pleno os primeiros a receberem os impulsos campaniformes, representados justamente pelo grupo mais antigo, o Internacional. Em Leceia, tal como na Parede, está representado o segundo grupo da periodização daqueles autores — o grupo de Palmela. Nesta fase, assiste-se à associação da nova técnica decorativa, introduzida com o Grupo Internacional — o pontilhado — com formas cerâmicas pré-existentes, algumas desde o Neolítico final. Tal facto evidencia, uma vez mais, a ausência





de rupturas culturais com o período anterior, mesclando-se rapidamente o que é exógeno com o pré-existente.

O local que, na região estuarina, mais vestígios ofereceu (indicando, ao contrário dos referidos, intensa ocupação campaniforme), é o povoado dos Montes Claros, que volta a ser frequentado, após longo hiato desde o Neolítico final. Os materiais cerâmicos mostram-se exclusivamente decorados por linhas incisadas. Representam, na região estuarina, o terceiro e último grupo da periodização de SOARES *et al.* (1974/77)

— O Grupo Inciso.

O Calcolítico deve ter perdurado na Estremadura até momento tardio; a fase mais recente prolongou-se pela Idade do Bronze. Prova disso é a datação obtida para o povoado da Penha Verde (Sintra), onde foram escavadas duas casas e um silo: 1470 ± 200 anos a.C.

Os indivíduos tumulados durante o Neolítico e o Calcolítico foram estudados por diversos autores. BUBNER (1986) apresentou as seguintes conclusões gerais:

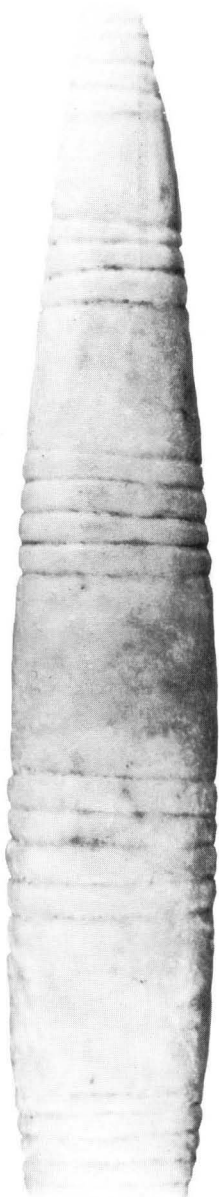
— a altura média dos homens variava na Estremadura e na Beira Litoral entre 1,56 m e 1,62 m; na península de Setúbal observa-se uma estatura mais elevada: 1,64 m;

— as mulheres, no Norte da Estremadura e na Beira Litoral, teriam altura média de 1,51 m; na península de Setúbal, a altura média parece ter alcançado 1,57 m.

Ainda de acordo com aquele autor, «Quase um quarto de todos os adolescentes morreriam antes de entrar na idade adulta, 37% dos adultos não alcançariam a maturidade e apenas 20% dos indivíduos na fase de maturidade viveriam até à senilidade, ou seja: 52% de todos os adolescentes não ultrapassariam os 30 anos».

Durante o Neolítico antigo e o médio, as

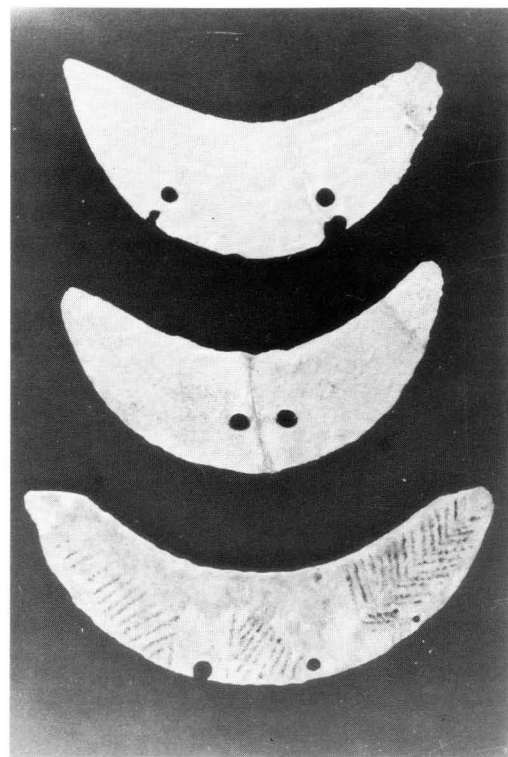
70 Espólio votivo, de calcário, da necrópole do Tojal de Vila Chã, Amadora: Ídolo cilíndrico (alt. 26,4 cm) e lúnulas (comp. máx. da maior 18,7 cm).



tumulações processaram-se nas grutas naturais, como a do Correio-Mor. A partir do Neolítico final constroem-se na região de Lisboa, mas já não fazendo parte da faixa ribeirinha do estuário — razão por que não são aqui referidos em pormenor — numerosos hipogeus e dólmenes e, mais tarde, *tholoi*. Estes sepulcros colectivos são, a par das grutas naturais, utilizados durante todo o Calcolítico. No período campaniforme, altura em que teriam recebido os últimos despojos humanos, as inumações (e não deposições como anteriormente), correspondem a sepulturas individualizadas. Esta evolução das práticas funerárias será mais uma prova de crescente estratificação da sociedade calcolítica.

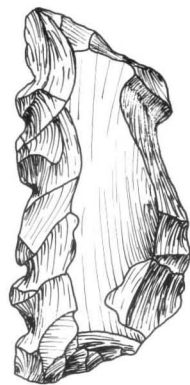
Idade do Bronze

Na região do estuário do Tejo a Idade do Bronze está apenas documentada na fase final, aquela que usualmente se designa por Bronze Final. O abandono dos povoados calcolíticos de altura, esboçado no Calcolítico superior e final, concretiza-se quase plenamente neste período. Em compensação, é a ele que devem ser reportados a maioria dos numerosos «casais agrícolas» assinalados por MARQUES *et al.* (1974) na baixa península de Lisboa. Trata-se, como o nome indica, de locais sem condições naturais de defesa, em geral situados em encostas suaves, de solo fértil e próximo de linhas de água, onde a vida decorria de forma sedentária e pacífica. A jazida melhor conhecida até ao presente é a da Tapada da Ajuda (CARDOSO *et al.*, 1986). A escavação processou-se numa unidade habitacional, das várias que se dispersaram pela encosta, sem plano definido, como aliás é norma dos povoados do Bronze Final. A habitação, construída em



matérias perecíveis e com fundações precárias, situava-se na área de acumulação dos detritos alimentares produzidos. A subsistência era assegurada pela criação do gado bovino, ovino e suíno, pela recollecção de marisco e por uma agricultura cerealífera muito intensa, sem dúvida constituindo aspecto frisante da economia, atendendo às centenas de elementos de foíce de sílex⁷¹ encontrados. A caça desempenhava papel pouco relevante na alimentação.

Ao povoamento permanente, pacífico e intenso, na região da margem norte, no Bronze Final, fomentado em grande parte pela riqueza agrícola dos terrenos, corresponderia uma sociedade hierarquizada e de poder fortemente centralizado, que administraria uma grande região a partir de determinando centros «urbanos». Este



modelo corresponderia, assim, ao de uma sociedade proto-estatal rigidamente hierarquizada. Tal situação vem coroar a lenta evolução detectável a partir do Neolítico final, no sentido da crescente diferenciação e estratificação da Comunidade.

Cronologicamente, poderemos situar o limite inferior deste período cerca do século XI-X a.C.; o limite superior atinge o século VII a.C., quando se dão os primeiros contactos com o Mediterrâneo oriental.

Idade do Ferro



O período inicial da Idade do Ferro encontra-se bem representado na jazida de Outurela (Oeiras), único testemunho conhecido na região ribeirinha do estuário. Como é frequente em zonas de expansão urbana rápida e desregrada, a jazida já tinha sido parcialmente destruída aquando da sua descoberta. O local, sem condições naturais de defesa, situa-se na base da elevação que domina a barra do Tejo e vastos horizontes em todas as direcções. Serve, mesmo na actualidade, como elemento de referência aos navios que transpõem a barra.

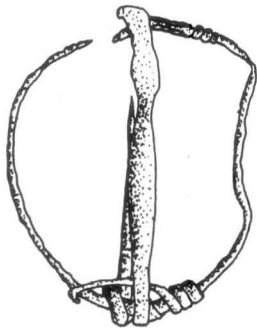


A realização de escavação de emergência mostrou a existência de estruturas de pedra seca de planta rectangular, de carácter habitacional, assentes sobre o substrato geológico, regularizado, constituído por tufos vulcânicos. No local em que este se mostrava mais irregular, o desnível foi compensado por um lajeado de blocos basálticos, de origem local. O único objecto metálico encontrado é uma fíbula anular. A cerâmica é de fabrico, quase exclusivo, em torno rápido. Apenas ínfima percentagem corresponde a cerâmica manual indígena. São comuns os grandes recipientes, ânfo-

71 Elementos de foice em sílex, da Tapada da Ajuda (esc. 1:1) e ensaio de reconstituição do respectivo instrumento (reconstituição de João Monjardino).



quadrados 9a



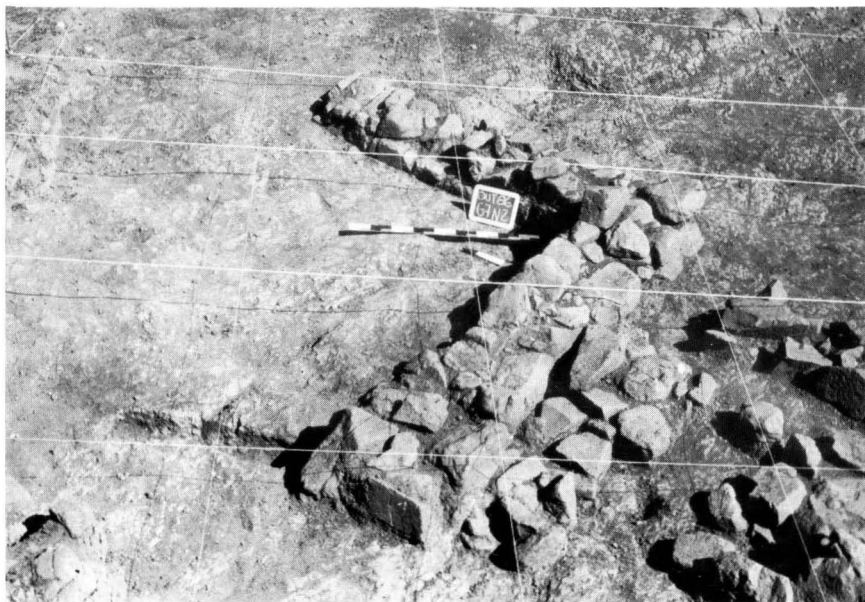
73 Fíbula anular de Ourela,
Oeiras (Ø máx. 4 cm)

ras e vasos, alguns com pintura exterior de bandas vermelhas; nos vasos de menores dimensões avulta, além da cerâmica comum, a cinzenta. Esta jazida parece ser coeva da Fase III da ocupação do Castelo de Alcácer do Sal, datável do século VII-VI a.C. (SILVA *et al.*, 1980/81). O paralelo mais próximo é a jazida dos Moinhos da Atalaia — Amadora (PINTO *et al.*, 1978). A fíbula dali proveniente, idêntica à de Ourela, é atribuível ao século V a.C. É admissível, portanto, que estejamos em presença de ocupação do século VI-V a.C., período durante o qual se desenvolveram intensas relações comerciais com o Mediterrâneo oriental através de estabelecimentos fenícios existentes desde meados do século VIII a.C. na costa andaluza. Contudo, desconhece-se até agora a presença fenícia a ocidente de Cádiz (SCHUBART, 1985). A sua influência, indirecta, manifesta-se pelos materiais exumados nas vizinhanças da embocadura do Tejo e do Sado. O ouro do Tejo, explorado nas aluviões do rio e o litoral adjacente, poderia

justificar, por troca, a abundância de materiais verdadeiramente importados encontrados na jazida da Ourela.

Nos alvares da Idade do Ferro, período fortemente marcado na zona em estudo por influências orientalizantes, parece assistir-se à consolidação do modelo proto-estatal do Bronze Final. As influências que, em tal processo, teriam provocado as relações mediterrâneas, então estabelecidas em bases mais sólidas que as existentes anteriormente, bem como o domínio da nova tecnologia do ferro, ainda são mal conhecidas. Por enquanto, desconhecem-se, na área ribeirinha do estuário, testemunhos da II Idade do Ferro. Trata-se de período que, no Centro-Sul de Portugal, é caracterizado pelas migrações célticas continentais dos séculos V e IV a.C., durante o qual cessaram os contactos com o Mediterrâneo oriental estabelecidos no período anterior. Destas invasões, e das lutas então travadas, nos falam lendas e documentos históricos que chegaram até nós.

João Luís Cardoso



72 Aspecto da estrutura
habitacional da jazida da 1.ª
Idade do Ferro de Ourela.

Bibliografia

- ANTUNES, M. T. e Cardoso, J. L. (1987) — O Leão das Cavernas, *Panthera (Leo) Speláea* (GOLDFUSS, 1810) em Portugal, in *Da Pré-história à História. Vol. de homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*, pp. 73-80, 1 est., Ed. Omega, Lisboa.
- BUBNER, T. (1986) — Restos humanos de Carenque. *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 4, pp. 91-148, 25 fig., Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1979) — O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa/Portugal). Estudo prévio da colecção de Álvaro de Brée. *Bol. Soc. Geol. Port.*, vol. XXI, fasc. 2-3, Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1980/81) — O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa/Portugal). Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée. 1.ª parte — *Revista de Guimarães*, vol. XC, pp. 211-304; 2.ª parte — *Revista de Guimarães*, vol. XCI, pp. 190-234, 23 est., Guimarães.
- CARDOSO, J. L. e PENALVA, C. (1979) — Vestígios de praia calabriana com indústrias da «Pebble Culture» no Alto do Leão — Paço de Arcos. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, vol. XXI, pp. 185-196, Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1985) — Pré-História da península de Setúbal. Livro-Guia da excursão «Formações plio-quaternárias da península de Setúbal», *I Reunião do Quaternário Ibérico*, pp. 37-54, 6 de Setembro de 1985, Lisboa.
- CARDOSO, J. L. Rodrigues, J. A. Severino, MONJARDINO, J. e CARREIRA, J. Roque (1986) — A Jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Revista Municipal*, 2.ª série, n.º 15, pp. 3-18, Lisboa.
- CARDOSO, J. L., SOARES, J. e SILVA, C. Tavares da (1987) — Oeiras há 5000 anos. Monografia de Leceia. Resultados preliminares das escavações efectuadas (1983-1986). *Câmara Municipal de Oeiras*, 24 p., 12 fig., 30 fot., Oeiras.
- CHOFFAT, P. (1889) — Étude géologique du tunnel du Rocio. Contribution à la connaissance du sous-sol de Lisbonne. *Comissão dos trabalhos Geológicos de Portugal*, 106 p., 7 est., Lisboa.
- FERREIRA, O. da Veiga e LEITÃO, M. (1981) — Portugal pré-histórico. Seu enquadramento no Mediterrâneo. *Publicações Europa-América*, 265 p., numerosas fig. e fot., Lisboa.
- MARQUES, G. e ANDRADE, G. M. (1974) — Aspectos da Proto-história do território Português. 1 — Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, pp. 125-148, 3 fig., Porto.
- PAÇO, A. do (1940) — Revisão dos problemas do Paleolítico, Mesolítico e Asturiense. *Congresso do Mundo Português*, vol. I, pp. 131-158, 2 fig., Lisboa.
- PINTO, C. V. e PARREIRA, R. (1978) — Contribuição para o estudo do Bronze final e do Ferro inicial a Norte do estuário do Tejo. *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, vol. I, pp. 147-163, 6 fig. 1 est., Lisboa.
- RAPOSO, L., CARREIRA, J. R. e PENALVA, C. (1985) — A indústria mustierense de Santana (Montanto). *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, vol. II, pp. 91-100, 2 fig., Lisboa.
- ROCHE, J., FERREIRA, O. da Veiga e ZBYSZEWSKI, G. (1959) — Deux stations pré-historiques des environs de Lisbonne: Vila Pouca e Pinhal da Charneca. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, pp. 89-103, 5 fig., Lisboa.
- SCHUBART, H. (1985) — Los Fenicios en Iberia. *In Los Fenicios, col. Cuadernos historia* 16, 1, pp. 24-31, 8 fig., Madrid.
- SCHUBART, H. e SANGMEISTER, E. (1987) — Zambujal. Povoado fortificado da Idade do Cobre. *Câmara Municipal, Torres Vedras*, 12 pp., 6 fig..
- SILVA, C. Tavares da (1983) — O Megalitismo e os primeiros metalurgistas. História de Portugal (dir. J. H. Saraiva), vol. I, *Alfa*, Lisboa.
- SILVA, C. Tavares da, e SOARES, J. (no prelo) — Arqueologia da Arrábida. *Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico*, Lisboa.
- SOARES, J. e SILVA, C. Tavares da (1974/77) — O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*, série III, vol. VII-IX, pp. 102-112, 6 fig., Lisboa.
- ZBYSZEWSKI, G., LEITÃO, M., PENALVA, C. e FERREIRA, O. da Veiga (1980/81) — Paleo-anthropologie du Würm au Portugal. Setúbal Arqueológica, vol. VI-VII, pp. 7-28, 10 fig., 1 quadro, 4 est., Setúbal.
- ZBYSZEWSKI, G., PENALVA, C. e CARDOSO, J. (1984) — Comentário ao trabalho de Raposo, L. e Silva, A. C. (1984) — O Languedocense. Ensaio de caracterização morfotécnica e tipológica. *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. II, pp. 120-134, Lisboa.